



## Comissão vai classificar dados do Senado para acesso público

Sarney anuncia criação de grupo encarregado de classificar os documentos da Casa para fins de divulgação, conforme previsto na Lei de Acesso à Informação, em vigor desde ontem. Dados, que já eram públicos no *site* do Senado, ganharam facilidade de acesso, tornando-se abertos a todos

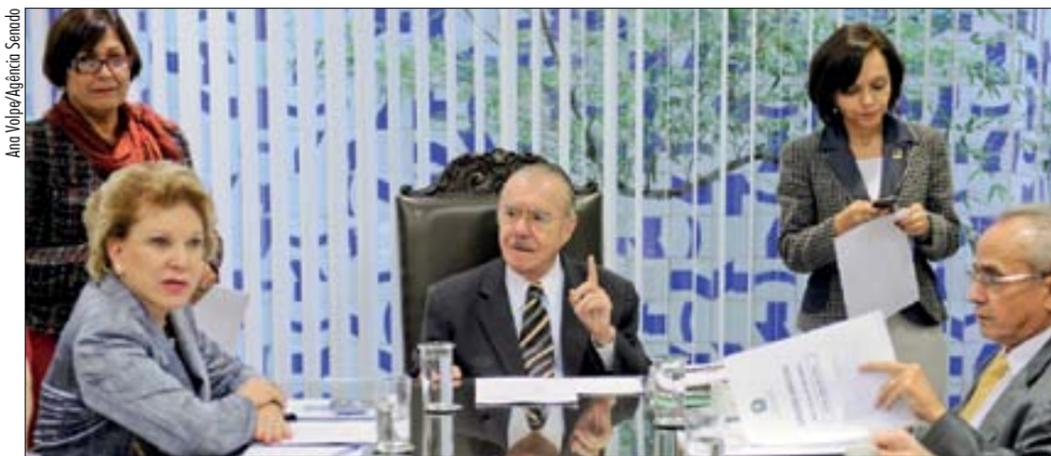
Um mapa de acesso à informação foi disponibilizado na internet para orientar o usuário que busca informações sobre o Senado, entre outras medidas de transparência. O presidente da

Casa explicou que 1,3 milhão de consultas são feitas ao Portal do Senado todo mês. Destacou ainda que foi criado um balcão para o atendimento pessoal ao cidadão que visita o Congresso. **3**

### Ações para atender à Lei 12.527/11

De acordo com a diretora-geral do Senado, Doris Peixoto, a Casa já atendia a 80% das determinações da lei e desde ontem as atende integralmente

- ▶ Regulamentação, por **ato da Comissão Diretora**, do acesso aos dados, informações e documentos de interesse da sociedade e do Estado, de acordo com a Lei de Acesso à Informação.
- ▶ A **Comissão Permanente de Acesso a Documentos do Senado** ficará encarregada de assessorar a direção da Casa para classificar os documentos.
- ▶ Instalação de **balcão de atendimento presencial** do cidadão que visita o Senado, localizado próximo ao Plenário.
- ▶ Publicação, na internet, de um **mapa de acesso a informação**.
- ▶ Dados tornam-se abertos, mas já eram públicos no **Portal do Senado**, que recebe 1,3 milhão de consultas por mês.
- ▶ Criação do **Portal e-Cidadania**, que oferece ao cidadão recursos de integração e participação no processo legislativo.
- ▶ Integração do atendimento ao cidadão, realizado por meio da **Ouvidoria** e do **Alô Senado**, que recebe 1 milhão de mensagens por ano.
- ▶ Renovação do **Portal da Transparência**, com orientações ao cidadão a respeito da localização das informações públicas disponíveis no *site* do Senado, da aplicação da Lei de Acesso à Informação e da solicitação, em formulário específico, de dados não localizados.



Marta Suplicy, José Sarney e Cícero Lucena na reunião da Mesa que aprovou ato regulamentando acesso a dados do Senado

### Instalada ontem, Comissão da Verdade recebe apoio no Senado

Em solenidade no Planalto, Dilma reuniu os ex-presidentes Sarney, Collor, FHC e Lula para empossar integrantes de grupo criado para esclarecer crimes políticos cometidos de 1946 a 1988. **4-5**



Instalação da Comissão da Verdade, no Palácio do Planalto, contou com a presença de José Sarney (3º à esq.)

### Avança projeto sobre venda ilegal de agrotóxicos **7**

### Governo quer pacto nacional sobre águas **7**

### Defesa de Cachoeira obtém acesso a dados sigilosos da CPI **5**

### Processo contra Demóstenes deve acabar até 17 de julho **5**



Humberto Costa, relator, e Valadares, presidente do Conselho de Ética, ontem



Presidente da CCJ, Eunício Oliveira, coordena reunião: comissão aprovou ainda criação de cargos para a Justiça Federal

### Sistema de segurança pública é aprovado

Criação do Sistema Nacional de Segurança Pública, Prisional e sobre Drogas (Sinesp) foi aprovada na Comissão de Cons-

tituição e Justiça e segue direto para a Câmara dos Deputados caso não haja recurso para votação do texto em Plenário. **2**

### INSS para catador de material reciclável pode ser reduzido **8**

### Autores criticam método de escolha de livro didático **6**

Projeto acolhido pela Comissão de Constituição e Justiça institui banco de dados para auxiliar no planejamento de ações de segurança pública e agora deve seguir para a Câmara dos Deputados

# Aprovado o Sistema Nacional de Segurança

A COMISSÃO DE Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem projeto que cria o Sistema Nacional de Segurança Pública, Prisional e sobre Drogas (Sinesp). Se não houver recurso para votação pelo Plenário, o texto seguirá para a Câmara.

A proposta (PLS 310/03) é um substitutivo a projeto de Magno Malta (PR-ES) que definia novas condições para estados e municípios receberem recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP). A partir dessa ideia, o relator, Eduardo Braga (PMDB-AM), resolveu ampliá-la e propor a criação do sistema.

“O propósito é criar um sistema oficial de estatística capaz de compilar e fornecer dados e informações com a precisão e o tempo necessários ao planejamento estratégico de ações de combate à

criminalidade, que atualmente não existe, e assim, dar continuidade à política de segurança pública com cidadania”, explica Braga no parecer.

O Sinesp vai coletar informações de caráter administrativo e gerencial sobre segurança pública, ao sistema prisional, à execução penal e ao enfrentamento ao tráfico de drogas. Além de contribuir para o planejamento de políticas públicas, o sistema visa ampliar a transparência e o controle social na segurança.

Estados e municípios que deixarem de alimentar o Sinesp serão punidos com o não recebimento de recursos do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) e do Fundo Penitenciário Nacional.

Entre os dados que deverão constar do sistema, estão

ocorrências criminais; registros de armas de fogo; entrada e saída de estrangeiros; desparecimento de pessoas; condenações, penas e mandados de prisão; e ações de combate às drogas ilícitas.

Outra preocupação de Braga foi alterar dispositivo do Código de Processo Penal que regula a emissão de atestado de antecedentes criminais pela polícia. Com a mudança, o documento não deverá mencionar inquéritos policiais e condenações criminais já cumpridas pelo cidadão.

“Qualquer pena somente poderá constar da folha de antecedentes enquanto perdurarem seus efeitos. Depois, visando resguardar a intimidade e contribuir para a reintegração do condenado à sociedade, só o juiz poderá ter acesso”, justifica o relator.

## Novos cargos no Centro Cultural da Justiça Federal

Também foi aprovado ontem na CCJ projeto de lei da Câmara que cria 26 cargos efetivos, oito funções comissionadas e quatro cargos em comissão no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, com sede no Rio de Janeiro. Segundo o relator, Lindbergh Farias (PT-RJ), esses

servidores deverão reforçar o quadro de pessoal do Centro Cultural da Justiça Federal. O espaço ocupa a antiga sede do Supremo Tribunal Federal.

“A missão do centro cultural volta-se para a promoção e o enriquecimento da cidade e da brasilidade. O fortalecimento

da democracia passa pela manutenção da memória de nosso país. E a preservação do patrimônio cultural nacional constitui dever do Estado”, disse Lindbergh no parecer favorável ao PLC 30/12. O projeto segue para o Plenário, em regime de urgência.

## Braga destaca pesquisa da CNI sobre a economia



Moreira Maniz/Agência Senado

Eduardo Braga (PMDB-AM), destacou na terça-feira pesquisa realizada em março pela Confederação Nacional da Indústria que indica aumento da massa salarial com base na construção civil. Para ele, os números confirmam o crescimento sustentado da economia.

— O faturamento da indústria teve a segunda alta seguida, o emprego reverteu a queda de fevereiro, o rendimento real segue trajetória de alta, a massa salarial teve extraordinária expansão e horas trabalhadas se expandiram.

## Governo exagera na publicidade de ações, diz Aloysio



Moreira Maniz/Agência Senado

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) disse que o Brasil Carinhoso foi embalado em muita propaganda e publicidade, embora tenha reconhecido a importância dos objetivos do programa.

O senador afirmou que a equipe do marqueteiro João Santana é pródiga em sugerir nomes de programas que sucedem iniciativas já anunciadas, mas não concluídas. Segundo ele, os programas são lançados sem que se possa avaliar o êxito do anterior.

— Muita fumaça, pouco fogo.

## Eduardo Lopes apoia Programa Brasil Carinhoso



Waldemir Barreto/Agência Senado

Eduardo Lopes (PRB-RJ) elogiou ontem a presidente Dilma Rousseff pelo lançamento do Programa Brasil Carinhoso. O foco, explicou, é beneficiar cerca de 2 milhões de famílias com crianças de até 6 anos.

Elas receberão ajuda financeira, acesso a creches e qualificação profissional, além de oportunidades de inserção no mercado de trabalho. Lopes disse que 16,5 milhões de brasileiros ainda “são cidadãos sem cidadania”, sobrevivendo em condições de extrema pobreza.

## Inácio se solidariza com povo palestino



Moreira Maniz/Agência Senado

Inácio Arruda (PCdoB-CE) manifestou, terça-feira, apoio ao povo palestino para a recuperação do seu território, perdido em razão da guerra civil de 1947-1948 e da guerra

árabe-israelense de 1948. O 15 de Maio, lembrou o senador, marca a derrota do povo palestino na guerra contra Israel.

Inácio disse que, para os palestinos, a guerra

de 1948 ainda não terminou, devido ao fato de Israel até hoje não reconhecer os direitos dos refugiados e não indenizar os sobreviventes expulsos de suas terras.

### ACATADAS INDICAÇÕES DE CINCO EMBAIXADORES

O Senado aprovou ontem a indicação de cinco embaixadores: Evandro Sampaio Didonet para a Áustria, Afonso Alvaro de Siqueira Carbonar para a Líbia, José Fiúza Neto para El Salvador, Márcio Araujo Lage para Botswana e Susan Kleebank para a Eslováquia.

Os novos embaixadores já haviam passado por sabatinas na Comissão de Relações Exteriores. Didonet afirmou que pretende ampliar o trabalho de promoção comercial com a Áustria. Carbonar disse que o conselho de transição da Líbia pretende honrar contratos com a Petrobras. Fiúza Neto citou oportunidades para empresários brasileiros em El Salvador. Lage disse que Botswana está negociando a adoção do padrão nipo-brasileiro de TV digital. E Susan revelou que a Volkswagen da Eslováquia pretende produzir lá metade do volume de automóveis atualmente fabricados pela empresa no Brasil.

### SENADO AVALIA MP QUE AMPLIA O MICROCRÉDITO

O Senado recebeu terça-feira o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 11/12, proveniente da Medida Provisória (MP) 554/11, que tem o objetivo de expandir o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado. A estimativa é que até o final de 2013 sejam beneficiados pelas linhas de crédito desse programa cerca de 3,5 milhões de empreendedores.

A medida provisória tem validade até 31 de maio e autoriza a União a conceder subvenção econômica a instituições financeiras para contratação e acompanhamento de operações de microcrédito produtivo orientado.

A expansão do programa será possibilitada pela subvenção de parte dos custos decorrentes da contratação e acompanhamento destas operações de microcrédito pelas instituições financeiras que aplicarem taxas de juros de 8% ao ano para o empreendedor.

### ADIAMENTO

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após as 19h20 de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://bit.ly/agendaSenado>



#### PLENÁRIO: Pauta trancada

**14h** A Medida Provisória (MP) 555/11, que prorroga contrato temporário de trabalho, tranca a pauta de votações.

#### PRESIDÊNCIA: Conceição Tavares

**11h** José Sarney participa da entrega do Prêmio Almirante Álvaro Alberto para Ciência e Tecnologia à professora Maria da Conceição Tavares, no Palácio do Planalto. Às 16h, preside a ordem do dia

#### CRA: Debate com ministros

**7h50** Audiência pública na Comissão de Agricultura para debater as dívidas de agricultores afetados pelas secas e enchentes. Foram convidados os ministros da Agricultura, Mendes Ribeiro; do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas; e da Fazenda, Guido Mantega.

#### CAE/CI: Setor ferroviário

**9h** As comissões de Assuntos Econômicos e de Serviços de Infraestrutura promovem debate sobre o marco legal do setor ferroviário brasileiro.

#### CDH: Ensino da Libras

**9h** A Comissão de Direitos Humanos examina projeto que torna obrigatório o ensino da Língua Brasileira de Sinais na educação básica. Outra proposta assegura vagas a pessoas com deficiência em programas de qualificação profissional.

#### CPI DO CACHOEIRA: Requerimentos

**9h30** A comissão parlamentar mista de inquérito destinada a investigar práticas criminosas de Carlinhos Cachoeira, agentes públicos e privados se reúne para apreciação de requerimentos.

#### CRE: Embaixadores e acordos

**10h** A Comissão de Relações Exteriores examina a indicação de Luiz Felipe Mendonça Filho para embaixador na Nicarágua e de Flávio Helmo Macieira para Noruega e Islândia. Também vota quatro acordos internacionais.

#### CPI DA MULHER: Requerimentos

**10h** Reunião administrativa da comissão parlamentar mista de inquérito que investiga a violência contra a mulher. Em seguida, apreciação de requerimentos.

#### SUBCOMISSÃO DO FGTS: Debate

**11h30** A Subcomissão Temporária do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, que funciona no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, debate o FI-FGTS e alternativas para aplicação de recursos. Entre os participantes, o secretário executivo do Ministério das Cidades, Alexandre Cordeiro Macedo.

#### CONSULTORIA: Marco civil da internet

**16h** O Núcleo de Estudos e Pesquisas da Consultoria Legislativa do Senado promove o seminário Marco Civil da Internet, objeto de matéria em tramitação na Câmara. Palestra será proferida pelo consultor Igor Vilas Boas de Freitas.

#### RIO+20: Limites do Crescimento

**18h** Para debater os 40 anos do livro *Limites do Crescimento*, a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável promovem audiência pública.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **10h**, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, **reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.gov.br/tv](http://www.senado.gov.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Com entrada em vigor da Lei de Acesso à Informação, Senado cria comissão para classificar os documentos que foram produzidos pela Casa e estarão abertos para cidadãos

# Comissão classificará papéis para divulgação

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, anunciou ontem a criação de uma comissão encarregada de classificar os documentos da Casa para fins de divulgação, como previsto na Lei de Acesso à Informação, que entrou em vigor ontem.

Sarney informou que dados que já eram públicos no site do Senado agora tornaram-se abertos. Ele explicou que 1,3 milhão de consultas são feitas ao portal da Casa todo mês.

Lembrou ainda que foi criado um balcão de atendimento ao cidadão que visita o Senado, com uma equipe devidamente treinada e localizado numa área de grande circulação, perto do corredor conhecido como Túnel do Tempo.

Um mapa de acesso à informação foi disponibilizado na internet, para orientar o usuário, entre outras medidas de transparência.

— O Senado pode considerar-se pioneiro nessa parte relativa à Lei de Acesso à Informação e à Lei de Transparência — disse Sarney, lembrando



José Sarney preside reunião da Mesa Diretora do Senado: Casa já cumpre os dispositivos da Lei de Acesso à Informação

que a instituição também foi pioneira ao instituir seu serviço de comunicação social e ao implantar o Prodasen.

Sarney ressaltou que desde setembro do ano passado os profissionais da Casa vêm trabalhando para que a instituição estivesse preparada para a entrada em vigor da Lei de Acesso à Informação.

O presidente do Senado afirmou que o objetivo era “dar um exemplo ao Brasil de o quanto a

Casa considera a transparência importante para a democracia e para os costumes políticos brasileiros”.

## Portal

Sarney também disse que o lançamento do Portal e-Cidadania, na terça-feira, permite ao cidadão acompanhar a produção legislativa do Senado, acessar dados públicos e até propor temas para projetos de lei.

Ele ressaltou que o portal é

um instrumento moderno e uma forma de promover um maior conhecimento sobre o processo legislativo, além de aumentar a transparência do Senado.

Na visão de Sarney, o portal vai permitir que o cidadão faça parte do processo decisório do país. O presidente destacou que, completando o primeiro dia de lançamento do portal, já houve o registro de 12 propostas de debates e 24 sugestões

para projetos de lei.

— O Senado fica, assim, mais próximo da população, que pode participar cada vez mais de nossas atividades — disse.

O presidente do Senado lembrou que nos últimos meses diversos setores da Casa foram mobilizados para ajustar os recursos de acesso existentes e criar outros à luz da nova lei.

Segundo Marta Suplicy (PT-SP), o Senado é um dos órgãos públicos mais transparentes do país.

A parlamentar destacou que o acesso às informações na internet foi facilitado, com os documentos reunidos em um mesmo ambiente virtual. Dados que já eram públicos passam a ser considerados abertos, por causa da facilidade de acesso.

— É um motivo de alegria perceber que o Senado está nesse nível de transparência — declarou a senadora, que é a 1ª vice-presidente da instituição e substituiu José Sarney no último mês, enquanto ele esteve em licença médica.

## Senado atende integralmente às exigências da lei, diz diretora-geral

Foi instituída ontem a Comissão Permanente de Acesso a Documentos do Senado Federal, encarregada de assessorar a direção da Casa a definir a classificação dos documentos produzidos inter-



Doris Peixoto: acesso à informação será garantido

na e propor alterações nos procedimentos de acesso, classificação, tratamento e armazenamento de dados, informações e documentos sigilosos. A determinação consta do ato aprovado pela Mesa que regulamenta a Lei de Acesso à Informação no âmbito do Senado.

De acordo com a diretora-geral da Casa, Doris Peixoto, o Senado já atendia a 80%

das determinações da lei e agora as atende integralmente. Ela explicou que a Comissão Permanente de Acesso a Documentos será composta por técnicos de áreas estratégicas que lidam com informação

e produção de documentos. A comissão também poderá propor alterações nos procedimentos de acesso, classificação, tratamento e armazenamento de dados, informações e documentos sigilosos, conforme previsto na Lei de Acesso às Informações.

— O compromisso do Senado é com a lei. O acesso [à informação] é a garantia e o sigilo é a exceção — disse.

## Várias informações estão na internet desde 1995

A Diretoria-Geral do Senado divulgou algumas ações realizadas pela instituição para atender as exigências da Lei 12.527/11, que regula o acesso a informações públicas.

Segundo a diretora-geral, Doris Peixoto, a Casa já conta com uma página com informações na internet desde 1995 e com o Portal da Transparência desde 2009, além de oferecer atendimento ao cidadão pelo serviço Alô Senado, pela Ouvidoria e por diversos setores que recebem demandas do público diretamente.

A partir de agora, o Alô Senado e a Ouvidoria trabalharão de forma integrada na prestação de informações pelo 0800 61-2211, pela internet ou presencialmente.

Todas as unidades que produzem informação e documentação passam a compor o Sistema Integrado de

Informação ao Cidadão, que conta também com um balcão de atendimento presencial. O cidadão será informado sobre o conteúdo do site e, se necessário, poderá encaminhar pedidos específicos por meio de um formulário. O balcão funciona no 1º andar do Anexo II, próximo à Livraria do Senado. O horário de atendimento é de segunda a sexta-feira, das 9h às 18h30.

No último dia 15, o Senado também lançou o Portal e-Cidadania, que vai além das exigências da nova lei. A secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra, explicou que a iniciativa é resultado de um trabalho que busca maior interatividade com o cidadão, além de facilitar o acesso a informações como dados orçamentários, atividades legislativas e pesquisas sobre jurisprudência.

— É um acesso ágil e facilitado — disse a secretária-geral.

Claudia Lyra também destacou que o e-Cidadania permitirá que o cidadão participe do processo legislativo de forma mais intensa, com a possibilidade de propor debates em comissões e projetos de lei. Caso a sugestão seja constitucionalmente viável, será colocada em consulta pública, no próprio portal. Se obtiver o apoio de 20 mil cidadãos, seguirá para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), que fará a avaliação e poderá propor projeto dentro da técnica formal.

Para a secretária-geral, a interatividade é uma importante inovação democrática. Ela lembrou que um projeto de lei de iniciativa popular, conforme a legislação eleitoral, requer a assinatura de mais de um milhão de eleitores.

## Para Ferrazo, nova norma federal funciona como “vacina contra corrupção”

Ricardo Ferrazo (PMDB-ES) elogiou a Lei de Acesso à Informação, que entrou em vigor ontem. Com ela, avaliou o senador, o Brasil “revolucionou velhos hábitos”.

— A lei dinamiza a democracia participativa e devolve o Estado a quem ele de fato pertence: o cidadão, o contribuinte — disse o senador, saudando também a instalação da Comissão da Verdade, para investigar os crimes co-

metidos durante um período que inclui a ditadura militar.

Ferrazo afirmou ainda que a Lei de Acesso à Informação deve funcionar como “vacina contra a corrupção”.

— A falta de acesso à informação cria condições propícias a um ambiente de corrupção e favorece a insegurança jurídica, afetando investidores e inibindo o desenvolvimento nacional. Mais: sem acesso à sua his-

tória, um país não tem parâmetros para construir o seu futuro e se arrisca a incorrer nos mesmos erros do passado — disse.

O senador ressaltou, no entanto, que não devem se esperar mudanças rápidas.

— Problemas operacionais, dúvidas de todo tipo, insuficiência de pessoal qualificado, resistência de alguns setores temerosos quanto à divulgação de informações estratégi-

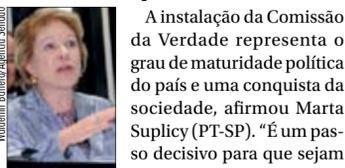
cas, tudo isso faz parte desse novo e próspero ambiente que nós estamos inaugurando na rotina democrática do nosso país — disse, lembrando que a lei brasileira é das mais abrangentes do mundo na garantia do acesso à informação.

A nova lei regulamenta o acesso a dados do governo, pela imprensa e pelos cidadãos, e determina o fim do sigilo eterno de documentos oficiais.



Ricardo Ferrazo: Lei de Acesso à Informação dinamiza democracia

**Marta elogia convite de Dilma a ex-presidentes**



A instalação da Comissão da Verdade representa o grau de maturidade política do país e uma conquista da sociedade, afirmou Marta Suplicy (PT-SP). “É um passo decisivo para que sejam preenchidas lacunas que permanecem vazias desde o fim da ditadura militar e que a volta ao regime democrático ainda não tinha preenchido”, afirmou.

A senadora elogiou o gesto de Dilma Rousseff de convidar para a cerimônia de instalação representantes das Forças Armadas e os presidentes que governaram o país após a ditadura militar: José Sarney, Fernando Collor de Mello, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. Marta destacou o “papel didático” da comissão, que permitirá o acesso da juventude aos fatos “para que os erros passados não sejam repetidos no futuro”.

**Vanessa observa “clima de unidade” em cerimônia**



“O mesmo clima de unidade que ocorreu durante a discussão, no Congresso, do projeto de lei que deu origem à Comissão Nacional da Verdade, marcou a cerimônia de instalação do colegiado”, afirmou Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

— Todos os discursos da cerimônia foram um chamamento para a unidade nacional. É necessário que esse espírito de unidade prevaleça para que o país possa resgatar uma parte de sua história — disse a senadora.

Vanessa registrou ainda a passagem do Dia do Gari, ontem, lembrando que no dia 11 a CAS aprovou o PLS 577/11, estabelecendo aposentadoria especial para a categoria. Em aparte, Paulo Paim (PT-RS) lembrou o PLS 155/10, que prevê adicional de insalubridade para coletores de lixo.

**Lídice destaca direito de enterrar familiares**

As lágrimas de Dilma Rousseff durante a solenidade de instalação da Comissão da Verdade foram interpretadas por Lídice da Mata (PSB-BA) como representantes das “lágrimas de toda a nação, de centenas de mães, esposas e filhos que lutam há anos para terem o direito sagrado de enterrar seus entes queridos.”

— Dilma tem a coragem, 27 anos depois da retomada da democracia em nosso país, de dar mais um passo decisivo

para o processo de efetiva consolidação do regime democrático, a exemplo do que já foi feito no Chile, na Argentina e no Uruguai — disse.

O lançamento da comissão contou com a presença de quatro ex-presidentes da República, de autoridades das Forças Armadas do Brasil e de familiares de torturados e desaparecidos políticos.

A senadora observou que a



comissão foi instalada no dia em que entra em vigor a Lei de Acesso à Informação Pública, “que dá a qualquer cidadão o direito de solicitar, sem precisar explicar sua motivação, todo e qualquer documento público, como arquivos, planos de governo, auditorias, prestação de contas e informação de entidade privada que receba recursos do poder público”.

**Suplicy aprova escolha dos integrantes de colegiado**



Para retratar a importância da criação da Comissão da Verdade, Eduardo Suplicy (PT-SP) destacou trechos do discurso feito por Dilma Rousseff durante a solenidade de instalação do grupo: “Não se pode mais esconder a verdade, a tirania pode até impedir a de circular livremente, o medo pode adiá-la, mas o tempo acaba por trazer a luz. Hoje, esse tempo chegou” repetiu o senador, citando declaração da presidente.

— A presença, no evento, de tantas pessoas que lutaram contra a ditadura ou tiveram parentes vitimados pelas forças de repressão também revelou a importância da criação da Comissão da Verdade — acrescentou.

Suplicy ainda elogiou os nomes escolhidos para integrar o colegiado.

**Valadares: “Ato é um dos mais belos da democracia”**

Em nome do PSB, Antonio Carlos Valadares (SE) afirmou que “os políticos brasileiros, tendo à frente a presidente Dilma e o ex-presidente Lula, sentem-se comprometidos com essa nova fase por que está passando o Brasil, de transparência, de democracia aberta e perene, não só para nós, mas para as futuras gerações”. O senador citou uma frase de Ulisses Guimarães, lida por Dilma Rousseff durante a cerimônia de instalação da Comissão da Verdade: “A verdade não desaparece quando é eliminada a opinião dos que divergem. Nas sombras, somos todos privados da verdade. Mas não é justo que continuemos apartados dela durante o dia”.

— Essa solenidade [de instalação da comissão] tem um valor histórico extraordinário. Marca um dos atos mais belos praticados por um presidente da República na democracia brasileira — concluiu Valadares.

**Para Jucá, instalação de comissão revela amadurecimento**

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) ressaltou que era líder do governo no ano passado, quando a Comissão da Verdade e a Lei de Acesso à Informação foram aprovadas pelo Senado.

Sobre a cerimônia de ontem, Jucá disse que “vimos se instalar uma comissão que é fruto do amadurecimento da sociedade brasileira e da



classe política”. O senador também anunciou a redução de 3% nas contas de luz em todo o país, decorrente da nova definição da conta de consumo de combustíveis (CCC), um recurso arrecadado para subvencionar sistemas não interligados, sobretudo na Amazônia e no Centro-Oeste. Segundo Jucá, a Agência

Nacional de Energia Elétrica (Aneel) definiu na terça-feira a diminuição nos valores do subsídio para essas regiões e, com isso, a conta da energia elétrica deve cair.

— É importante dizer que essa conta irá diminuir mais ainda, porque estão em andamento obras importantes que interligam sistemas isolados de energia no Norte: Tucuruí a Manaus, Manaus a Boa Vista, e a ligação com Macapá — disse.



Quatro ex-presidentes — Sarney, Fernando Collor, Fernando Henrique e Lula — acompanham a instalação, por Dilma Rousseff, da Comissão da Verdade, e a posse dos sete membros do grupo

**Dilma instala Comissão da Verdade e diz que não haverá revanchismo nem ódio**

“Esta não é uma ação de governo. Celebramos um ato de Estado”, disse a presidente, ao lado dos seus antecessores no cargo desde a redemocratização do país

AO LADO DOS ex-presidentes da República José Sarney, Fernando Collor, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, a presidente Dilma Rousseff empossou ontem os sete membros da Comissão Nacional da Verdade. O grupo, criado no âmbito da Casa Civil pela Lei 12.528/11, terá a tarefa de esclarecer violações de direitos humanos praticadas de 1946 até 1988, ano de promulgação da atual Constituição.

Integram a comissão: o ministro do Superior Tribunal Justiça (STJ) Gilson Dipp, o advogado e ex-ministro da Justiça José Carlos Dias, a advogada Rosa Maria Cardoso da Cunha, o ex-procurador-geral da República Claudio Fonteles, o sociólogo Paulo Sérgio Pinheiro, a psicanalista Maria Rita Kehl e o jurista José Carlos Cavalcanti Filho. Eles poderão pedir informações,

dados e documentos de quaisquer órgãos e entidades do poder público, mesmo se classificados com o mais alto grau de sigilo. Também vão poder determinar a realização de perícias e diligências. Após dois anos, o grupo deve apresentar um relatório com conclusões e recomendações sobre os crimes cometidos.

Durante a solenidade no Palácio do Planalto, Dilma citou frase do ex-presidente da Câmara Ulysses Guimarães: “A verdade não morre quando censurada. Na democracia, a verdade vem à superfície” e afirmou que a comissão é resultado da maturidade política do Brasil.

— Ao instalar a Comissão da Verdade não nos move o revanchismo, o ódio ou a vontade de reescrever a História, mas a vontade imperiosa de conhecer a verdade sem vetos e sem proibição. A comissão é o contrário do esquecimento. As famílias têm

**Integrantes**

- ▶ José Carlos Dias, advogado e ex-ministro da Justiça
- ▶ Gilson Dipp, ministro do STJ
- ▶ Rosa Maria Cardoso da Cunha, advogada, professora e escritora. Defendeu Dilma durante a ditadura
- ▶ Claudio Fonteles, Subprocurador geral e ex-procurador-geral da República
- ▶ Paulo Sérgio Pinheiro, sociólogo e chairman da Comissão Internacional de Inquérito para a Síria
- ▶ Maria Rita Kehl, professora e psicanalista
- ▶ José Paulo Cavalcanti Filho, jurista e escritor

o direito de chorar e sepultar seus mortos e desaparecidos no regime autoritário — afirmou.

Dilma disse também que a comissão é resultado de um processo iniciado com a redemocratização, há quase 30 anos. Ela destacou as contribuições dos ex-presidentes Lula,

Fernando Henrique e Collor nesse processo, o papel desempenhado na transição democrática por Tancredo Neves, morto em 1985, antes de ser empossado, e Sarney.

— Celebramos um ato de Estado. Muito me alegra estar acompanhada pelos presidentes que me antecederam nesses 28 benditos anos — disse Dilma, que também prestou homenagem ao ex-presidente Itamar Franco, morto em 2011.

**Acesso à informação**

A comissão começa a funcionar no mesmo dia em que entra em vigor a Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/11), que objetiva facilitar o acesso a dados de órgãos da União, dos estados e dos municípios.

— Por essa lei, nunca mais dados relativos à violação de direitos humanos poderão ser reservados, secretos ou ultrassecretos — disse Dilma.

**Lei da Anistia será seguida, diz Aloysio**

O senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) elogiou a escolha dos nomes para compor a Comissão da Verdade.

Pela lei, os integrantes devem ter idoneidade e conduta ética reconhecidas e ser identificados com a defesa da democracia e com o respeito aos direitos humanos.

Para Aloysio, as escolhas feitas pela presidente Dilma Rousseff preenchem esses requisitos.

— São nomes que terão todas as condições de levar o trabalho da comissão com muita autoridade e com muita legitimidade.

Aloysio ressaltou que a comissão não terá caráter revanchista — deverá observar a Lei da Anistia, de 1979, que impede a punição de responsáveis por crimes na ditadura.

— Além de ter sido aprovada pelo Congresso e tido seus fundamentos incorporados pela Constituição, a Lei da Anistia foi julgada recentemente pelo Supremo Tribunal Federal como uma lei que ainda está em vigor e que não admite revisões.

Aloysio foi relator do que resultou na lei que instituiu a comissão (PLC 88/11), aprovada por unanimidade no Senado em outubro passado.

**Sarney pede “que se esclareça tudo”**

O presidente do Senado, José Sarney, afirmou que a Comissão da Verdade é um avanço e uma decisão histórica para o país.

— Foi um avanço grande que nós demos. Espero que a comissão realmente encerre de uma vez por todas esses problemas e que seja esclarecido tudo o que temos que esclarecer sobre o que se passou.

O presidente do Senado participou ontem da cerimônia de instalação da Comissão da Verdade, no Palácio do Planalto. Na cerimônia, a presidente Dilma Rousseff empossou os sete membros do colegiado.

A comissão começou a funcionar no mesmo dia em que entrou em vigor a Lei de Acesso à Informação. Sarney ressaltou que, desde 2009, o Senado vem implantando uma série de medidas para aumentar a transparência no Legislativo.

— O Senado se antecipou mais ainda ao unificar todas as suas informações no Portal e-Cidadania. Não estamos apenas dando transparência, mas também criando condições de interatividade com a população — disse Sarney, referindo-se ao lançamento do portal na terça-feira.

**Defesa de Cachoeira acessa dados sigilosos**

A defesa de Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, esteve ontem na sala-cofre da CPI mista que investiga as atividades do contraventor. Um advogado e um perito chegaram por volta do meio dia e passaram a tarde analisando os autos das investigações das operações Vegas e Monte Carlo, da Polícia Federal, que estão em poder do colegiado.

O acesso ao material sigiloso foi autorizado pela CPI anteontem, na tentativa de evitar novo atraso no depoimento de Cachoeira, suspenso por liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na segunda-feira. Os advogados de Cachoeira alegaram que, sem acesso ao inteiro teor da investigação, era impossível haver o depoimento. Com a liberação do acesso, o depoimento foi remarcado para a próxima terça.

Para acessar a sala-cofre, os advogados do contraventor tiveram que seguir as mesmas

normas já estabelecidas para os integrantes da CPI. Não puderam levar celular, máquina fotográfica ou filmadora.

Para evitar que o depoimento seja novamente adiado, a liberação do acesso dos advogados foi informada ao STF por meio de comunicado enviado pelo presidente da CPI, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB).

O depoimento de Cachoeira estava previsto para a última terça. Mas o contraventor foi beneficiado por uma decisão liminar do ministro do STF Celso de Mello, que lhe concedeu o direito de não comparecer à CPI enquanto seus advogados não tivessem acesso aos dados sigilosos da Polícia Federal em poder do colegiado.

Cachoeira permanece preso desde 29 de fevereiro. O julgamento do seu pedido de liberdade foi interrompido na terça-feira pela 5ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Não há data prevista para a continuação.

**Randolfe diz que sonegação é “mais do que evidente”**

O senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), integrante da CPI mista do Cachoeira, afirmou que Carlos Augusto Ramos, o Cachoeira, declarou em 2008 uma renda anual de R\$ 20,4 mil, referente a atividades empresariais.

— Esse montante é incompatível com os gastos de R\$ 589,2 mil registrados em seus cartões de crédito. Está mais do que evidente a sonegação fiscal — disse.

Segundo Randolfe, as informações fiscais encaminhadas pelo STF e pelo Ministério da Fazenda à CPI revelam “um universo complexo de empresas coligadas, nas quais Cachoeira tem participação acionária” e levam a crer que a evasão de divisas é outro dos crimes praticados por Cachoeira.

**Sérgio Souza avalia que CPI do Cachoeira está no caminho certo**

Membro titular da CPI do Cachoeira, Sérgio Souza (PMDB-PR) avaliou positivamente os primeiros dias de atividade. Segundo ele, os integrantes da comissão estão recebendo grande quantidade de dados.

— O sigilo fiscal de Cachoeira já chegou. Temos dezenas de milhares de horas de ligações telefônicas grampeadas. Dezenas de milhares de e-mails. Milhares de páginas de cada inquérito — afirmou o senador.

Souza classificou como excelente o plano de trabalho elaborado pela CPI.

**Rolleberg apoia intenção do Executivo de adotar Ficha Limpa**

Segundo Rodrigo Rolleberg (PSB-DF), a presidente Dilma Rousseff pediu que a Advocacia-Geral da União analise uma proposta, para o Executivo, de uma legislação semelhante à Lei da Ficha Limpa, exigindo critérios éticos para ocupantes de cargos da administração direta e indireta, como ministros e diretores de autarquias e de empresas públicas.

— A iniciativa é muito importante para a melhoria da democracia no país — disse.

O senador também elogiou as marchas contra a corrupção e os movimentos das redes sociais a favor da ética pública.

**Humberto quer votar relatório até 17 de julho**

Relator do processo contra Demóstenes Torres (sem partido-GO) no Conselho de Ética do Senado, Humberto Costa (PT-PE) disse que pretende apresentar seu parecer a tempo de votá-lo em Plenário até 17 de julho, último dia de trabalho do Congresso antes do recesso.

— A preocupação é atender o que desejam o Senado e a sociedade: o esclarecimento o mais rapidamente possível desses fatos que envolveram o senador Demóstenes Torres.

Os depoimentos dos

procuradores federais responsáveis pela Operação Monte Carlo, Daniel Salgado e Léa de Oliveira, que pediram o adiamento de suas audiências para depois de maio, não devem ser reagentados.

Também devem ser mantidos os depoimentos do advogado Ruy Cruvinel na terça-feira e de Carlinhos Cachoeira na quarta. Ambos são testemunhas de defesa de Demóstenes, cujo depoimento está agendado para o dia 28.

Questionado se a não realização de algum depoimento

modificaria a elaboração do relatório, Humberto afirmou que não. Sobre a possibilidade de Cachoeira não comparecer, o senador disse que isso só prejudicaria Demóstenes.

— No momento em que eu me sentir em condições de apresentar o relatório final, eu irei apresentá-lo, caso essas pessoas venham ou não.

O conselho fornecerá aos advogados de Demóstenes os áudios com os depoimentos dos delegados da PF Raul Alexandre de Souza e Matheus Mela Rodrigues.



Humberto Costa (F), com o presidente do conselho, Antonio Carlos Valadares, e o senador Jayme Campos: agenda mantida

Seleção do material pedagógico para escolas exclui quem não segue determinada linha de abordagem, segundo escritores. Eles defendem fim do anonimato dos avaliadores e normas mais transparentes

# Autores de livros didáticos criticam critérios do MEC

OS AVALIADORES DAS obras escolhidas para o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), do Ministério da Educação (MEC), também precisam de avaliação, na opinião de representantes de autores ouvidos ontem pela Comissão de Educação (CE). E o trabalho de escolha poderá ter um novo marco legal, segundo proposta de senadores.

O escritor Francisco Azevedo de Arruda Sampaio disse que os avaliadores muitas vezes utilizam “critérios vagos e confusos” na escolha das obras. Ele ressaltou a necessidade de se garantir a pluralidade de pensamento.

— Quando alguém não está de acordo com determinada

linha de abordagem ou filiação acadêmica, é excluído com uma desculpa qualquer — afirmou Sampaio.

O presidente da Associação Brasileira dos Autores de Livros Educativos, José De Nicola Neto, disse que existem aspectos da avaliação pedagógica que “podem e devem ser aperfeiçoados. Ele sugeriu a certificação de livros em vez de nova avaliação a cada três anos e o fim do anonimato dos responsáveis pelos pareceres.

O vice-presidente da Associação Brasileira de Editores de Livros Escolares, Antonio Luiz Rios da Silva, afirmou que prefere avaliar se recentes mudanças adotadas pelo MEC “resolveram os problemas”.

Ao defender a revisão do programa, Kátia Abreu (PSD-TO) observou que a venda de livros didáticos representa um negócio superior a R\$ 1,2 bilhão. Ela criticou que livros rejeitados pelo MEC sejam adotados em escolas privadas.

Luiz Henrique (PMDB-SC) propôs um novo marco legal para o processo de escolha, com normas “transparentes”, critérios para seleção dos avaliadores e punição para desvios. A sugestão foi apoiada por Anibal Diniz (PT-AC).

Ana Amélia (PP-RS) criticou a centralização da produção de livros didáticos na região Sudeste e concordou com a necessidade de regras claras para a escolha das obras.



Karen, Sérgio Souza e Márcio Macêdo ouvem o diplomata Corrêa do Lago

## Sustentabilidade depende da sociedade, alerta diplomata

Em audiência pública na Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC), ontem, o representante do Ministério das Relações Exteriores, André Corrêa do Lago, afirmou que o desenvolvimento sustentável não pode ser imposto pelos governos e não contar com a participação da sociedade civil.

A audiência debateu os preparativos para a Conferência Rio+20, que acontece mês que vem no Rio de Janeiro. Para Corrêa do Lago, os padrões de produção e consumo são insustentáveis para um planeta que pode chegar a 10 bilhões de habitantes em 2050.

Sérgio Souza (PMDB-PR), relator da comissão, observou que esse número

significa aumento de 30% na população atual, com o igual aumento de consumo. O diplomata advertiu que o consumo será muito maior, devido às pessoas que sairão da pobreza na China, Índia, Brasil e Indonésia.

Karen Suassuna, diretora de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente, defendeu as ações do governo na adoção de uma economia verde inclusiva, com foco na erradicação da pobreza e no uso racional dos recursos naturais. Karen assinalou que o Brasil é o único país de dimensão continental que tem uma estratégia para lidar com desmatamento.

O deputado Márcio Macêdo (PT-SE) comandou parcialmente a reunião.



Entre De Nicola Neto e Rios da Silva, Ana Amélia ouve as críticas do escritor Arruda Sampaio ao sistema atual

### Ângela: amanhã é Dia Nacional de Combate ao Abuso de Crianças



Ângela Portela (PT-RR) registrou ontem que amanhã será o Dia Nacional de Combate ao

Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, data instituída em 1998.

A senadora afirmou que, segundo dados do Ministério da Justiça, a cada oito minutos uma criança com idade entre 2 e 10 anos é vítima de abuso sexual no Brasil, praticado em geral por pessoa próxima ou membro da própria família.

### Wellington destaca o Mapa da Violência contra a Mulher



Wellington Dias (PT-PI) disse ontem que o *Mapa da Violência contra a Mulher 2012* revela

que, no Brasil, uma mulher é morta a cada duas horas. Ele informou que ex-namorados, maridos e companheiros são os principais agressores.

Ana Rita (PT-ES) apoiou Wellington e disse que as autoridades devem se engajar para aplicar a legislação. Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) também cobrou medidas urgentes.

### Ana Rita comemora Dia do Assistente Social: 15 de maio



Ana Rita (PT-ES) registrou a comemoração, na terça-feira, do Dia do Assistente Social.

Formada em serviço social pela Universidade Federal do Espírito Santo, a senadora ressaltou que os assistentes sociais ocupam espaços em diversos órgãos públicos e privados, trabalhando em áreas como saúde, educação e assistência social.

Ela também apoiou a luta da categoria pela jornada de 30 horas semanais.

### Malta denuncia ameaças contra apresentador de TV



Magno Malta (PR-ES) denunciou ontem ameaças de morte recebidas pelo apresentador

de TV José Luiz Datena, do Grupo Bandeirantes. Segundo Malta, a polícia teria interceptado ligações em que um grupo articulava o sequestro do apresentador. Na terça, um anônimo teria informado à polícia que Datena seria vítima de homicídio. O senador elogiou o apresentador por denunciar casos de violência.

### Nascimento critica aprovação escolar suspeita no Amazonas



Alfredo Nascimento (PR-AM) afirmou ontem que professores da rede pública do Amazonas

estariam sendo pressionados a aprovar alunos que não atingem o desempenho esperado, para que os repasses de recursos à escola não diminuam.

O parlamentar também pediu lisura no processo de avaliação e aprovação dos estudantes e informou que vai encaminhar ofício ao MEC pedindo investigação.

#### Mesa do Senado Federal

**Presidente:** José Sarney

**1º vice-presidente:** Marta Suplicy

**2º vice-presidente:** Waldemir Moka

**1º secretário:** Cícero Lucena

**2º secretário:** João Ribeiro

**3º secretário:** João Vicente Claudino

**4º secretário:** Ciro Nogueira

**Suplentes de secretário:**

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

**Diretora-geral:** Doris Peixoto

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

#### Secretaria Especial de Comunicação Social

**Diretor:** Fernando Cesar Mesquita

**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

#### Agência Senado

**Diretor:** Mikhail Lopes (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Milena Galdino

**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.gov.br/noticias](http://www.senado.gov.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Eduardo Leão (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Flávio Faria

**Editores:** Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burler

**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

**Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

**Reportagem:** Cíntia Sasse

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

## Governo quer pacto nacional para gestão das águas

O governo federal trabalha pela construção de um pacto nacional para gestão das águas, disse Paulo Lopes Varella Neto, um dos diretores da Agência Nacional de Águas (ANA). Ele participou ontem de uma audiência pública na Subcomissão Permanente da Água.

No pacto, será definida uma agenda conjunta para estados e União, com metas e compromissos para o gerenciamento dos recursos hídricos.

— Isso vai demandar muito esforço, mas já existe uma carta [de apoio ao pacto] assinada por todos os secretários estaduais e órgãos gestores — informou.

A necessidade de compartilhamento de responsabilidades na gestão das águas também foi abordada por Oscar de Moraes Cordeiro Netto, professor do Departamento de Engenharia Civil e Ambiental da Universidade de Brasília (UnB).

Para ele, o desafio está na harmonização do poder decisório de estados, municípios e União com o envolvimento da sociedade acerca da proteção do patrimônio natural.

O professor fez referência a experiências bem-sucedidas de gestão compartilhada, como os 160 comitês de bacias hidrográficas que foram criados nos últimos 20 anos.

Cordeiro Netto observou que os recursos hídricos permeiam as agendas eco-

nômica, ambiental e social.

— A água é uma só. Um mesmo rio tem que cumprir essas três agendas — disse.

O presidente da subcomissão, senador Sérgio Souza (PMDB-PR), concordou com a importância de combinar a preservação de recursos com o crescimento da produção, citando a demanda crescente por alimentos.

A integração de políticas foi considerada relevante para proteger os aquíferos, cujo uso está sob regulação estadual. De acordo com Humberto de Albuquerque, presidente da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas (Abas), as reservas nos aquíferos seriam ainda mais importantes que as águas superficiais em volume, qualidade e distribuição no território.

— Por ser um recurso invisível, é muito mal tratado — frisou, ao se referir a perfurações clandestinas e a contaminações pela falta de saneamento e uso desordenado de agrotóxicos.

Ao se referir à seca no Nordeste, Humberto de Albuquerque se disse “estarecido” com a recorrência de situações de emergência pela falta de água, em especial no Piauí, “um dos estados mais ricos em água subterrânea”.

— A Abas tem proposto a criação de campos de produção de água, como existem campos de produção de petróleo.

Projeto de Humberto Costa prevê reclusão de três a seis anos para quem produz ou comercializa defensivo agrícola sem registro nos órgãos competentes; sugestão de crime hediondo foi rejeitada

## Texto que criminaliza venda ilegal de agrotóxicos avança

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) aprovou projeto que transforma em crime a venda ilegal de agrotóxicos e prevê punição de três a seis anos de reclusão, além de multa.

O projeto (PLS 438/11) é de Humberto Costa (PT-PE).

A tipificação da venda ilegal de agrotóxicos como crime hediondo foi excluída pela relatora do projeto, Ana Amélia (PP-RS). Segundo ela, tal tipificação deve ser reservada apenas a fatos mais graves. A senadora avaliou que, aplicá-la para agrotóxicos, seria desproporcional e banalizaria o crime hediondo.

— Tornar crime hediondo era um certo exagero. Fazer com que incorra em crime sanitário já está de bom tamanho — concordou Humberto Costa.

O projeto inclui um artigo na lei federal que trata dos agrotóxicos para caracterizar criminoso o ato de produzir, exportar, importar, vender, expor à venda ou ter em depósito agrotóxico sem registro nos



Jayme Campos, presidente da CAS, e Benedito de Lira, em votação da proposta

órgãos competentes.

A proposta também criminaliza o descumprimento do dispositivo da lei que exige rótulos e bulas que contenham nome do produto, princípio ativo, endereço do fabricante e do importador, número de registro, instruções de uso e datas de fabricação e validade.

Ficará sujeito a reclusão e multa quem falsificar, misturar, diluir ou alterar a composição original do agrotóxico para obter vantagem econômica e quem, no comércio, oferecer agrotóxico para uso diferente do previsto em seu registro.

— Sabemos que os próprios agrotóxicos que são produzidos com licença terminam por acarretar, se usados inadequadamente, danos ao meio ambiente e à saúde. Imagine aqueles que são feitos sem qualquer controle de qualidade e vendidos sem obedecer a especificações rígidas. O objetivo é coagir por meio de penas duras — ressaltou Humberto Costa.

O projeto agora será analisado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa (não precisará passar pelo Plenário).

### Medida socioeducativa especial a menor infrator dependente de droga

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou projeto que prevê tratamento médico para os adolescentes infratores com deficiência mental ou dependência de álcool ou droga. Para o autor, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), a iniciativa é necessária para diferenciar as medidas socioeducativas aplicadas aos menores infratores “comuns” das aplicadas aos menores com aqueles transtornos psiquiátricos.

### Vai à Câmara texto que obriga convênio a cobrir remédio oral para câncer

Segundo um projeto aprovado na Comissão de Assuntos Sociais, os planos de saúde ficarão obrigados a cobrir o tratamento domiciliar oncológico de uso oral. A proposta, que agora vai para a Câmara dos Deputados, é da senadora Ana Amélia (PP-RS). Ela cita a estimativa de que 40% dos tratamentos de câncer empregam medicamentos de uso domiciliar, substituindo os tratamentos com internação.

### Projeto libera pessoas ostomizadas de passar pela roleta dos ônibus

Os pacientes ostomizados (que, em decorrência de cirurgia, precisam portar bolsa coletora de fezes e urina) poderão ter permissão para embarcar e desembarcar pela porta dianteira dos ônibus. É o que prevê o projeto de lei do deputado Enio Bacci (PDT-RS) aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais. Assim, de acordo com a proposta, as pessoas ostomizadas não precisarão passar pela roleta.

#### MÉDICOS ESTRANGEIROS

As comissões de Assuntos Sociais (do Senado) e de Seguridade e Família (da Câmara) realizarão um seminário para discutir o ingresso de médicos estrangeiros no Brasil. O debate será em 20 de junho, na Câmara. A audiência foi sugerida pelo senador Paulo Davim (PV-RN).

#### ACIDENTES DE MOTO

Os acidentes de moto serão tema de uma audiência pública das comissões de Assuntos Sociais e de Direitos Humanos e Legislação Participativa no próximo dia 29. O requerimento para o debate foi apresentado por Ana Amélia (PP-RS) e Paulo Davim.

#### CULTOS RELIGIOSOS

O livre exercício de crenças e cultos religiosos, conforme projeto do deputado George Hilton (PRB-MG), será tema de uma audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais. A sugestão do debate foi feita pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Para ele, o projeto é polêmico.



A senadora Vanessa Grazziotin e o diretor de gestão da ANA, Paulo Varella

## Davim: sustentabilidade é questão de sobrevivência

Ao ressaltar a importância da conferência Rio+20, marcada para junho, Paulo Davim (PV-RN) afirmou ser inadmissível “aceitar retrocessos na legislação ambiental”. Para ele, não há saída para os países a não ser a busca de uma “equação equilibrada entre preservação ambiental e crescimento econômico”.



Waldemir Barreto/Agência Senado

— A sustentabilidade, a preservação ambiental, do solo, da água e das espécies e o equilíbrio entre as culturas, entre muitos outros temas, não podem mais ser vistos como uma filosofia de vida ou uma visão inalcançável de mundo. Mas sim como uma questão de sobrevivência da humanidade e das outras espécies.

## Ana Rita: omissão causou enchente em Vitória

Ana Rita (PT-ES) prestou solidariedade à população da região metropolitana de Vitória, que sofreu prejuízos devido às chuvas torrenciais que caíram no início da semana e causaram enchentes e inundações.

Na segunda-feira passada, informou a senadora, a região de Vitória ficou “praticamente paralisada”, e registraram-se prejuízos em milhares de residências, estabelecimentos

comerciais e indústrias.

Ana Rita disse que a origem desse problema é a combinação do excesso de chuva com a ocupação desordenada do território, a falta de infraestrutura e a omissão das autoridades.

— Com razão, o que mais revolta e deixa indignada a população são anos e anos de descaso com uma situação que é mais do que previsível e passível de solução.

## Wellington defende aumento em fundo dos municípios

Wellington Dias (PT-PI) apoiou as mudanças no pacto federativo reivindicadas pelos municípios e pediu empenho do Congresso na aprovação de leis que aumentem a justiça na divisão de recursos entre os entes federados.

O senador considera que o aumento no Fundo de Participação dos Municípios é um dos temas que merecem discussão. Segundo ele, com o acréscimo de apenas um ponto percentual no Fundo de Participação dos Municípios, eleva-se a capacidade de investimento dos prefeitos. Ele lembrou que a proposta inicial dos municípios era de um aumento de dois pontos percentuais.

— Então, eu creio que é uma pauta corretíssima — afirmou, defendendo as reivindicações dos prefeitos.

## Dilma foi vaiada porque “maltratou prefeitos”, diz Couto



Moreira Maniz/Agência Senado

Mário Couto (PSDB-PA) disse que a presidente Dilma Rousseff foi vaiada por prefeitos em evento porque “o Brasil não aguenta mais as sórdidas mentiras do governo federal”.

Ele acrescentou que Dilma “maltratou os prefeitos” ao se recusar a discutir a redistribuição dos royalties do petróleo. Para o senador, ela desconhece a realidade de pobreza do interior do país.

— Dilma pensa que no interior, por ela dar o Bolsa Família, tudo está às mil maravilhas. Dilma não tem conhecimento, ou faz que não tem conhecimento, da violência que impera no interior do país.



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Lixão da Estrutural, em Brasília: pela proposta de Rollemberg, catador contribuirá com 2,3% da renda em vez dos 11% atuais

# Catadores de recicláveis poderão pagar INSS menor

Projeto que inclui a categoria entre os segurados especiais da Previdência foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais em decisão final e seguirá para análise da Câmara dos Deputados

CATADORES DE MATERIAL reciclável poderão ser incluídos entre os segurados especiais da Previdência Social. Projeto de lei do Senado com essa finalidade, de Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa — não precisa passar pelo Plenário. A matéria ainda será analisada pela Câmara dos Deputados.

De acordo com a proposta (PLS 279/11), ao ser enquadrado como segurado especial, o catador poderá contribuir com apenas 2,3% de seu faturamento bruto anual e ter direito aos benefícios do Instituto

Nacional de Seguridade Social (INSS), como aposentadoria e pensão.

Atualmente, segundo a relatora da matéria, Lúcia Vânia (PSDB-GO), esse trabalhador é considerado contribuinte individual pela Previdência. Nessa condição, explicou, para usufruírem dos benefícios previdenciários, precisam contribuir com 11% da renda, no caso de receberem valor equivalente a um salário mínimo, e com 20%, na hipótese de ganharem mais.

Rollemberg ressaltou que cerca de 500 mil brasileiros trabalham nessa atividade, a maioria informalmente.

Ele relatou que os catadores recebem entre R\$ 2 e R\$ 5 por dia de trabalho, o que justificaria a redução da alíquota de contribuição.

O projeto altera as leis que tratam da organização da Seguridade Social e Plano de Custeio e dos planos de benefícios da Previdência Social (leis 8.212 e 8.213/91). A legislação já considera segurados especiais os agricultores familiares sem empregados assalariados, seus cônjuges, companheiros e filhos maiores de 16 anos que trabalham com a família em atividade rural, bem como o pescador artesanal e o índio que exerce atividade rural.

## Aprovado texto sobre abandono de emprego

O empregado contratado com carteira assinada poderá ser demitido por justa causa se faltar ao serviço por 30 dias consecutivos.

Projeto de lei com esse objetivo foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa (sem necessidade de passar pelo Plenário). A matéria irá para a Câmara dos Deputados.

Atualmente, ressaltou o autor do projeto (PLS 637/11), senador Valdir Raupp (PMDB-RO), a legislação trabalhista não especifica o prazo de ausência injustificada para caracterizar abandono.

Essa definição, informou, cabe à jurisprudência trabalhista, que tem adotado a Súmula 32 do Tribunal Superior do Trabalho (TST) — que

estabelece os 30 dias.

A proposta inicial de Raupp previa prazo de 20 dias de falta injustificada para caracterização de abandono de emprego. O texto aprovado pela CAS especifica o prazo de 30 dias. Isso foi feito por meio de uma emenda do senador Paulo Paim (PT-RS), acatada pelo relator, senador Cyro Miranda (PSDB-GO), e aprovada pela comissão.

## Luiz Henrique aponta gargalos para o crescimento

Luiz Henrique (PMDB-SC) comentou ontem, em pronunciamento, os problemas que, em sua opinião, prejudicam a indústria nacional e impedem o Brasil de crescer em ritmo adequado.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Para o senador, a carga fiscal de 40% do produto interno bruto (PIB) é um dos principais obstáculos para o crescimento e a redução das desigualdades regionais e sociais.

Ele também citou os juros elevados praticados pelos bancos, a valorização cambial e os baixos investimentos em infraestrutura.

— Os investimentos públicos [em infraestrutura] no país mal chegam a 2% do PIB, quando deveriam situar-se em 5% — disse.

## País corre risco de virar “república de bananas”, diz Cyro

Cyro Miranda (PSDB-GO) fez ontem, em Plenário, um alerta para a necessidade de o governo definir uma política agressiva de inovação para a indústria.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Para ele, caso o país não implemente uma política de defesa do setor, via aumento da competitividade, corre o risco de ver desaparecer seu parque industrial.

— Se o governo da presidente Dilma não mudar o discurso e buscar, com os setores da indústria brasileira, desenhar uma política agressiva e centrada em desenvolvimento tecnológico, corremos o risco de voltar a ser uma república de bananas — alertou.

## Aécio: estado e município são pedintes da União

Aécio Neves (PSDB-MG) disse que há pelo menos dez anos “o governo tem virado as costas para a Federação”. Na avaliação do senador, o Brasil vive hoje praticamente um estado unitário, tendo em vista que a União registra a maior concentração de receitas em toda a história republicana do país.

O senador disse que, voluntária ou involuntariamente, há uma tendência de o governo aumentar a concentração de receitas, o que faz com que os estados e municípios sejam “cada vez mais pedintes, sempre na dependência do humor do governo federal”.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Para Mozarildo, governo ignora fronteira no Norte

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) criticou a falta de uma política de desenvolvimento para a Amazônia e a faixa de fronteira no país.

O senador lamentou que o vice-presidente, Michel Temer, tenha feito nesta semana uma visita a Roraima, estado de Mozarildo, só para assistir a uma operação militar de explosão de pistas de pouso clandestinas. E lamentou que as visitas não sejam motivadas por “um plano, uma agenda positiva para o estado e para toda a Amazônia e faixa de fronteira”.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Casildo propõe que Brasil siga exemplo alemão

Casildo Maldaner (PMDB-SC) afirmou que o Brasil deveria se espelhar na Alemanha de Angela Merkel: incentivar o crescimento sustentável com controle fiscal e reformas estruturais. Para o senador, o Brasil está em “um momento decisivo”, pois, ao decidir pela redução dos juros, a economia é estimulada, mas a pressão inflacionária pode aumentar. Ele disse que o caminho da austeridade nos gastos públicos é uma boa alternativa para o Brasil, mas, se não houver emprego, renda, consumo e crescimento econômico, o esforço será inútil.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Amorim: aos 37 anos, TV Atalaia orgulha Sergipe

Eduardo Amorim (PSC-SE) homenageou a TV Atalaia, afiliada da Rede Record em Sergipe, por seus 37 anos. O senador lembrou que a emissora foi a primeira do Norte e do Nordeste a transmitir em cores, a primeira em Sergipe a defender as Diretas Já e a quarta do país a adotar o sistema digital em alta definição. Também elogiou o espaço privilegiado que a TV dedica à programação regional.

— É uma empresa que sempre se pautou pela ética, pela seriedade, pela preocupação com o social e pelo desenvolvimento de nosso estado.



Moreira Maniz/Agência Senado